

ACADÊMICOS

Adelson Ramos Vilhena

Daiane da Silva Rodrigues

Farney Gleison Almeida Lima

Flávia dos Santos Quadros

Jonielson Ferreira da Costa

Jorge Wlisses dos Santos Lima

Malcicley Santos Souza

Marcelo Gomes González

ABORDAGEM HISTÓRICA E LEGISLAÇÃO:

OS AVANÇOS NAS CONQUISTAS DE DIREITOS
DAS PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS

IMPERIAL INSTITUTO DE MENINOS CEGOS

- José Alvares de Azavedo ensinou em Braile – sistema criado por Louis Braille (1809-1952);
- Aprovada criação pelo decreto imperial nº 1.428, de 12/09/1854;
- Até 1926, foi a única instituição destinada à educação de cegos no Brasil.

INSTITUTO DOS SURDOS MUDOS

- Proposta apresentada pelo francês E. Huet em 1855;
- Começou a funcionar em 1º de janeiro de 1856;
- No final dos anos 80 os surdos lideram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais.

INSTITUTO PESTALOZZI

- Fundado em 1926, no Rio Grande do Sul pelos professores Thiago e Johanna Wurth;
- Em 1945, passa a atender pessoas com superdotação.

PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

- Foi fundada no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954;
- Mãe de criança com Síndrome de Down, Beatrice Bemis;
- 1.733 APAE's filiadas à Federação Nacional das APAE's.

EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 4.024/61

- **Art. 88º** A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.
- **Art. 89º** Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 5.692/71

- **Art. 8º** A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos e, no ensino de 2º grau, tente variedade de habilitações”.
- **Art. 9º** Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Emílio Médici decreta em 3 de julho de 1973, a criação do CENESP;
- **Art. 1º** [...] promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

- **Art. 23 – II** - cuidar da saúde e assistência pública das pessoas deficientes;
- **Art. 203 – IV** – habilitação, reabilitação e promoção da integração à vida comunitária;
- **Art. 208 – III** - atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;
- **Art. 227 – II** - atendimento ao deficiente físico, sensorial ou mental, bem como a integração social;
- **Art. 227 - § 2º** - Acessibilidade.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- **Lei nº 8.069, art. 54:** é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: **III** – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

- Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994;
- Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
- As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança;
- As escolas regulares constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Portaria nº 948/2007;
- Justificava que a educação se baseava na perspectiva da qualidade do ensino e acesso para todos, indistintamente.

“nunca houve, na história da educação, uma escola para todos, uma vez que a instrução era privilégio para filhos de ‘poderosos’”
(BAYER, 2005 apud SPERONI, 2008).

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/96

- O sistema educacional especial, será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (art. 58, § 2º).
- O professor deve ter a especialização adequada para o nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (art. 59, inciso III).

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 1996

- Parágrafo 1º do art. 58, da Lei 9.394/96, o Poder Público, havendo necessidade, é obrigado a equipar a escola para atender a pessoa com deficiência;
- O professor tem total liberdade de fazer adaptações para incluir esse aluno na sua aula;
- A avaliação se faz com seu desenvolvimento nas aulas, visando a adaptação e interação com os outros de acordo com sua necessidade especial.

DECRETO Nº 3.298

- Os órgãos e instituições especializadas teriam que ofertar nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando (art. 25).

DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA (CNE/CEB Nº 2/2001)

- Estabelece as diretrizes para a educação especial da educação básica.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE, LEI Nº 10.172/2001

- Tem como objetivo definir planos e metas a ser cumpridas pelos poderes, Federal, Estadual e Municipal, visando garantir a formação de profissionais da educação;
- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002

- Objetivo de nortear as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena;
- A Lei nº 10.436/02 vem disponibilizando e legalizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão;
- Portaria nº 2.678/02 compreende o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Acesso à participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação através de atendimento educacional especializado (Art. 2º).

MPF - O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ÀS ESCOLAS E CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR

- Objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

NÚCLEO DE ATIVIDADES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (NAAH/S)

- Oferecer apoio aos profissionais e educandos da rede de ensino dos estados, dando acesso a materiais, disponibilizando recursos didáticos e pedagógicos, promovendo inclusive, a formação de profissionais para a identificação e atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com altas habilidades e superdotação e também, prestar o acompanhamento aos seus familiares e a comunidade escolar, oferecendo conhecimento e disseminando informações e esclarecimentos para a inclusão social e escolar, direitos esses garantidos por lei.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Aprovada pela ONU em 2006, visava garantir um ambiente propício para a realização plena dos direitos das pessoas com deficiência

*Igualdade de oportunidades e
Não-discriminação da dignidade humana*

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

- Criar uma cultura de direitos no país para fortalecer o entendimento, a tolerância e igualdade entre as nações, além de valor social, cooperativo e de justiça social.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

- Melhorar a educação no País, em todas as suas etapas. A prioridade era a Educação Básica do ensino infantil ao médio.

DECRETO Nº 6.094/2007

- Vem reforçar a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais na classe de ensino regular fortalecendo a inclusão nas escolas públicas.

FIM